

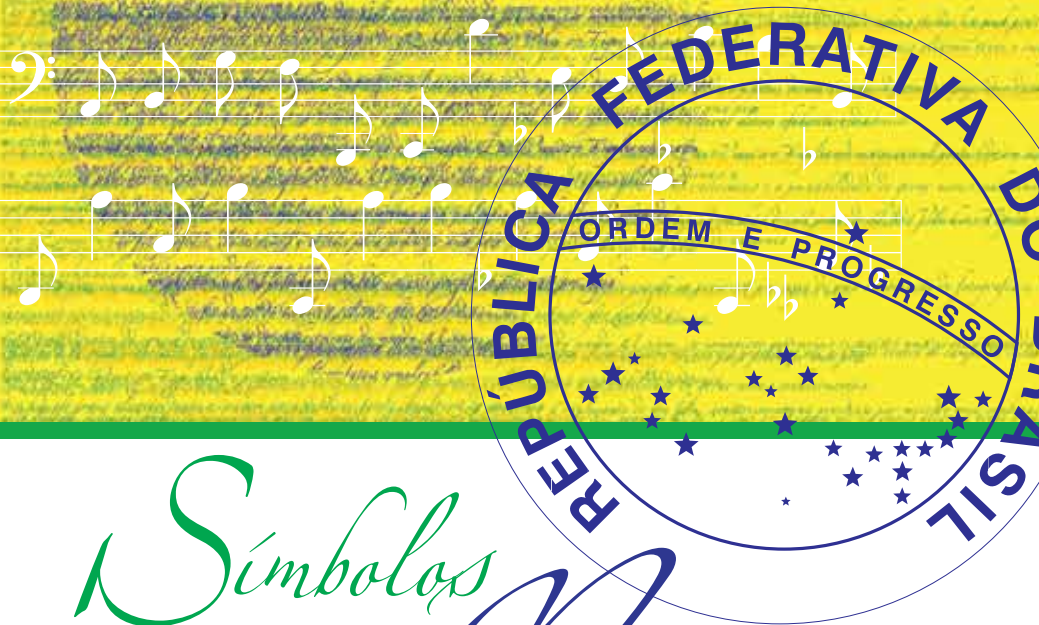
Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação

Coordenação de Biblioteca

<http://bd.camara.gov.br>

"Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade."



Símbolos Nacionais



série Cadernos do Museu nº 9

Câmara dos Deputados

Mesa da Câmara dos Deputados
53ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa
2009

Presidente
Michel Temer

1º Vice-Presidente
Marco Maia

2º Vice-Presidente
Antonio Carlos Magalhães Neto

1º Secretário
Rafael Guerra

2º Secretário
Inocêncio Oliveira

3º Secretário
Odair Cunha

4º Secretário
Nelson Marquezelli

Suplentes de Secretário

1º Suplente
Marcelo Ortiz

2º Suplente
Giovanni Queiroz

3º Suplente
Leandro Sampaio

4º Suplente
Manoel Junior

Diretor-Geral
Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida

Secretário-Geral da Mesa
Mozart Vianna de Paiva



Símbolos Nacionais



Câmara dos Deputados

Símbolos Nacionais

Caderno integrante da exposição organizada pelo Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, em comemoração à Semana da Pátria, abordando o histórico da criação dos Símbolos Nacionais.

Centro de Documentação e Informação
Edições Câmara
Brasília – 2009

CÂMARA DOS DEPUTADOS

DIRETORIA LEGISLATIVA

Diretor: Afrísio Vieira Lima Filho

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Diretor: Adolfo C. A. R. Furtado

COORDENAÇÃO EDIÇÕES CÂMARA

Diretora: Maria Clara Bicudo Cesar

COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECA

Diretora: Patrícia Maria Pinheiro V. Q. Milani

COORDENAÇÃO DE ARQUIVO

Diretor: Frederico Silveira dos Santos

COORDENAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DE BENS CULTURAIS

Diretor: Francisco de Jesus Nunes

Trabalho organizado pela Seção de Museu da Câmara dos Deputados

Projeto Gráfico: Paula Scherre e Renata Homem

Diagramação e capa: Pedro Ernesto e Marina Rocha

Revisão: Seção de Revisão e Indexação

Digitalização de Imagens: COBEC/Setor de Digitalização

Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação – Cedi

Coordenação Edições Câmara – Coedi

Anexo II – Praça dos Três Poderes

Brasília (DF) – CEP 70160-900

Telefone: (61) 3216-5809; fax: (61) 3216-5810

edicoes.cedi@camara.gov.br

SÉRIE

Cadernos do Museu

n. 9

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
Coordenação de Biblioteca. Seção de Catalogação.

Símbolos nacionais. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009.
65 p. – (Série cadernos do Museu ; n. 9)

ISBN 978-85-736-5506-3

Caderno integrante da exposição organizada pelo Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, em comemoração à Semana da Pátria, abordando o histórico da criação dos Símbolos Nacionais.

1. Símbolos nacionais, Brasil. 2. Símbolos nacionais, história, Brasil. I. Série.

CDU 929.9(81)

ISBN 978-85-736-5506-3 (brochura)

ISBN 978-85-736-5595-7 (e-book)

~ SUMÁRIO ~

<i>Apresentação</i>	<i>7</i>
<i>Semana da Pátria e os Símbolos Nacionais</i>	<i>9</i>
<i>Bandeira Nacional</i>	<i>11</i>
<i>Armas Nacionais</i>	<i>21</i>
<i>Selo Nacional.....</i>	<i>23</i>
<i>Hino Nacional Brasileiro</i>	<i>25</i>
<i>As Cores Nacionais.....</i>	<i>31</i>
<i>Outros Hinos de Nossa Terra, Nossa Gente, Nosso País</i>	<i>33</i>
<i>As Bandeiras da História do Brasil</i>	<i>37</i>
<i>Homenagem aos Estados da Federação</i>	<i>47</i>
<i>O Acervo da Câmara dos Deputados</i>	<i>51</i>
<i>Referências</i>	<i>53</i>
<i>Anexo</i>	<i>55</i>

Apresentação

Na Semana da Pátria, a exposição que a Câmara dos Deputados vem oferecer ao público destaca a importância dos Símbolos Nacionais para a nossa história, para a afirmação da nacionalidade, a construção da democracia, a consolidação dos ideais democráticos e a promoção da cidadania.

A sequência de painéis destaca o histórico da criação dos Símbolos Nacionais e o papel do Legislativo nesse processo, trazendo à luz material dos acervos do Museu, do Arquivo e da Biblioteca da Câmara dos Deputados. Inclui documentos históricos produzidos pelo Poder Legislativo – textos, gravuras, partituras musicais – pesquisados nas Constituições, leis, e também nos pronunciamentos, debates e votações inseridos nos Anais e Diários da Câmara dos Deputados para a tramitação das proposições relativas ao assunto.

Cabe ressaltar que cada povo, em todas as nações do globo terrestre, tem, no desdobramento do seu destino e no destino de sua Pátria, os seus poetas, os seus escritores, os seus cantores, os seus cronistas, os seus historiadores. São vozes numerosas que, no desfile das gerações e através dos séculos, contam e exaltam as grandes figuras humanas, as epopéias, os atos de heroísmo, os martírios e os mártires, as derrotas e as vitórias, a construção do seu país. O Brasil tem milhares de exemplos no caminhar de sua belíssima história. Pela página viva e fiel dos seus anais, identificamos cada geração, a sua luta, a sua persistência para a construção de dias melhores para todos, e orgulhosos mantemos a continuidade da história pátria. Mas, ainda que emudecessem os poetas, os escritores, os cantores, os cronistas, os historiadores, ainda que silenciassem todas as vozes evocativas, não deixaria de existir a memória nacional impressa nas cores dos seus símbolos nacionais. Símbolos para sempre invioláveis, trazem na sua força e representação a melhor e mais descritiva página dos anais de nossa história, o poema mais palpitante do nosso destino, o romance mais belo da nossa vida, o canto mais emocionante, a melhor crônica, o registro histórico mais denso.

É a síntese em que se fundem as lendas, por onde se revela o sentimento patriótico do nosso povo; as epopéias que definiram o caráter heróico da sua história; o martírio das raças que fixaram a energia íntima e o esplendor moral de todos os cidadãos brasileiros; a riqueza de suas minas, a fecundidade de suas terras; a imensidade das plantações; a abundância das colheitas; a luta para preservar o meio ambiente; a força de todos os trabalhadores na construção da nação e de uma sociedade fraterna e solidária.

O acervo da Câmara dos Deputados guarda tesouros dessa história, registros dos conflitos, documentos que selam os pactos e anunciam as propostas e ideais, imagens dos heróis, da vida cotidiana e das batalhas. Vale a pena debruçar-se sobre ele.

Que a exposição propicie, pois, a reflexão sobre a nossa história, elemento essencial na formação e promoção da cidadania.

Casimiro Neto
Curador

Semana da Pátria e os

Símbolos Nacionais

Os Símbolos Nacionais são a Bandeira Nacional, o Hino Nacional, as Armas Nacionais e o Selo Nacional. Eles são representações da Nação brasileira, do povo brasileiro. Representam os seus ideais, o seu território, as suas origens, as suas glórias e conquistas, as suas organizações políticas, a relação direta do cidadão com o Brasil e sua história. Por isso, são elementos essenciais para afirmação da nacionalidade, a construção da democracia, a consolidação dos ideais democráticos, a promoção da cidadania.

A Constituição do Brasil promulgada em 16 de julho de 1934, pelo seu artigo 174, preconizava que a bandeira, o hino, o escudo e as armas nacionais deviam ser usados em todo o território brasileiro, nos termos que a lei determinasse. A Carta Política de 1946 estatuiu em seu artigo 195 que são símbolos nacionais a bandeira, o hino, o selo e as armas vigorantes na data da promulgação da Constituição. Por sua vez, a Constituição de 1967 declarou que são símbolos nacionais a bandeira e o hino vigorantes na data da promulgação da Constituição e outros estabelecidos em lei. E por fim, a Constituição de 1988, ao consolidar a tradição do texto, declarou que são símbolos da República Federativa do Brasil a bandeira, o hino, as armas e o selo nacionais.

Tendo em vista a preservação de seus elementos formais, os Símbolos Nacionais têm a forma, a apresentação e o uso regulamentados por lei. A normatização teve como justificativa resguardar a tradição e os princípios filosóficos emanados por ocasião da sua criação e ainda, independentemente da forma de governo, simbolizar a perpetuidade e integridade da pátria entre as outras nações. São símbolos de paz, amor, fraternidade e solidariedade do povo brasileiro, base de todo civismo.

Bandeira Nacional



*“Auriverde pendão de minha terra,
Que a brisa do Brasil beija e balança,
Estandarte que à luz do sol encerra
As promessas divinas da esperança...
Tu que, da liberdade após a guerra,
Foste hasteado dos heróis na lança,
Antes te houvessem rôto na batalha,
Que servires a um povo de mortalha!...”*

Castro Alves

In O navio negroiro.

A Bandeira Nacional foi instituída pelo Decreto nº 4, de 19 de novembro de 1889, logo após a Proclamação da República. Ela foi projetada por Raimundo Teixeira Mendes e Miguel Lemos. O desenho foi idealizado por Décio Vilares, e a inspiração veio da bandeira do Império, com a esfera azul-celeste e a divisa positivista “Ordem e Progresso” no lugar da Coroa Imperial, por sugestão do professor Benjamim Constant Botelho de Magalhães – militar e um dos fundadores da República. A expressão foi extraída da fórmula máxima do Positivismo: “O amor por princípio, a ordem por base, o progresso por fim”, representando as aspirações a uma sociedade justa, fraterna e progressista.

Dentro da esfera azul estão as constelações correspondentes ao aspecto do céu, na cidade do Rio de Janeiro, às 8 horas e 30 minutos do dia 15 de novembro de 1889 – dia da Proclamação da República. No início, a nossa bandeira possuía 21 estrelas pertencentes a oito constelações, a saber: Cruzeiro do Sul (5), Escorpião (8), Triângulo Austral (3), Cão Menor (1), Cão Maior (1), Argus (1), Virgem (1) e Oitante (1). As estrelas foram inspiradas nas que, realmente, brilhavam no céu do Brasil, na histórica madrugada daquela data: Espiga, Próciun, Sírius, Canopus, Alfa, Beta, Gama, Delta, Épsilon, Antares, Lambda, Kapa, Mu, Teta, Iota e Sígma. Para cada estrela de nossa bandeira, correspondeu um estado da Federação brasileira.



“A PÁTRIA” – Quadro de Pedro Paulo Bruno (RJ/1888-1949). Mostra a confecção da primeira Bandeira Nacional bordada pela Sra. Flora Simas de Carvalho, em pano de algodão.

Logo após a criação da bandeira republicana e nos anos posteriores, surgiram muitas discussões e debates parlamentares sobre os símbolos nacionais, e foram apresentados vários projetos de reforma da bandeira dos quais destacamos os seguintes: a) Projeto de Lei nº 185, de 1º de setembro de 1892, do deputado Manuel Prisciliano de Oliveira Valadão (SE); b) Projeto de Lei nº 50, de 11 de julho de 1905, do deputado Celso Florentino Henriques de Sousa (PE); e c) Projeto de Lei nº 77, de 8 de junho de 1908, do deputado Wenceslau Escobar (RS). Apesar dos grandes debates para enriquecimento e consolidação do assunto, não houve progresso na tramitação das proposições.

Posteriormente, em 1960 e 1968, foram acrescentadas mais duas estrelas, Alphard (Alfa) e Gama, pertencentes à constelação da Hidra Fêmea e referentes aos novos estados da Guanabara e do Acre, conforme determinou a Lei nº 5.443, de 28 de maio de 1968. A Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, alterada pela Lei nº 8.421, de 11 de maio de 1992, deu nova redação à lei acima mencionada, dispondo detalhadamente, sobre a forma e apresentação dos Símbolos Nacionais – Bandeira, Hino, Armas e Selo. Ficou determinado que a Bandeira Nacional deve ser atualizada sempre que algum estado da federação for criado ou extinto. Os novos estados da Federação

serão representados por estrelas, a serem incluídas, sem que afete a disposição estética original do desenho proposto para a primeira bandeira republicana. Serão suprimidas as estrelas correspondentes aos estados extintos, permanecendo aquela que represente um novo estado, resultante de fusão. O anexo da nova lei trouxe a lista dos estados da federação e do Distrito Federal com suas respectivas relações com as estrelas.

A estrela Spica, situada acima da faixa branca, representa o estado do Pará, que em 1889, ano da proclamação da República, era o estado cuja capital, Belém, era a mais setentrional do país. As estrelas do Cruzeiro do Sul representam os cinco principais estados de então: São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro (antiga capital do Brasil), Bahia e Espírito Santo. Brasília (DF), fundada quase meio século depois e para onde foi transferida a capital nacional, foi representada pela estrela Sigma da constelação do Oitante, também chamada de Polaris Australis ou Estrela Polar do Sul, por situar-se no Pólo Sul celestial (em contrapartida a Polaris, situada no Pólo Norte celestial). Apesar de ser pouco brilhante e estar próxima ao limite de visualização a olho nu, essa estrela tem uma posição única no céu do hemisfério sul, pois é em torno dela que todas as estrelas visíveis giram. Além disso, Polaris Australis sempre está acima da linha do horizonte e pode ser

1. PARÁ

Spica - Alfa da Virgem (1)

2. AMAZONAS

Procyon - Alfa do Cão Menor (1)

3. MATO GROSSO DO SUL

Altair - Alfa da Hidra Fêmea (2)

4. RONDÔNIA

Mulghera - Gama do Cão Maior (4)

5. MATO GROSSO

Sirius - Alfa do Cão Maior (1)

6. RORAIMA

Weszen - Delta do Cão Maior (2)

7. AMAPÁ

Mizzen - Beta do Cão Maior (2)

8. TOCANTINS

Adhara - Epsilon do Cão Maior (3)

9. GOIÁS

Canopus - Alfa de Argus (1)

10. BAHIA

Gacrux - Gama do Cruzeiro do Sul (2)

11. MINAS GERAIS

Pálida - Delta do Cruzeiro do Sul (3)

12. ESPÍRITO SANTO

Ismereida - Epsilon do Cruzeiro do Sul (4)

13. SÃO PAULO

Acrux - Alfa do Cruzeiro do Sul (1)



14. ACRE

Gama da Hidra Fêmea (3)

15. PIAUÍ

Antares - Alfa do Escorpião (1)

16. MARANHÃO

Graffias - Beta do Escorpião (3)

17. CEARÁ

Véi - Epsilon do Escorpião (2)

18. RIO GRANDE DO NORTE

Shaula - Lambda do Escorpião (2)

19. PARAÍBA

Girtab - Kapa do Escorpião (3)

20. PERNAMBUCO

Mu do Escorpião (3)

21. ALAGOAS

Sargas - Teta do Escorpião (2)

22. SERGIPE

Iota do Escorpião (3)

23. SANTA CATARINA

Beta do Triângulo Austral (2)

24. RIO GRANDE DO SUL

Atria - Alfa do Triângulo Austral (2)

25. PARANÁ

Gama do Triângulo Austral (3)

26. RIO DE JANEIRO

Mimosa - Beta do Cruzeiro do Sul (2)

27. BRASÍLIA (DF)

Sigma do Oitante (5)

Representação dos estados e do Distrito Federal. A Lei nº 8.421, de 12 de maio de 1992, restabeleceu o significado das estrelas da Bandeira brasileira e sua representatividade (grandeza das estrelas – conforme se encontra entre parênteses no quadro acima).

vista a qualquer dia e hora de quase todos os lugares ao sul da linha do Equador.

As regras para a feitura da Bandeira do Brasil encontram-se definidas no art. 5º, da Lei nº 5.700, de 1 de setembro de 1971. O desenho é modular, o que facilita a sua reprodução e confecção. A combinação das cores verde, amarela, azul e branca traz forma e conteúdo únicos em seu desenho e tem muitos significados históricos. Um deles é que o retângulo verde simboliza a pujança das nossas florestas exuberantes de vida, as nossas riquezas agrícolas; sobre esse retângulo temos um losango amarelo, representando as riquezas minerais do nosso solo. O azul e o branco do emblema da república completam as quatro cores da nossa bandeira. O azul lembra a imensidão do nosso céu. O branco lembra a paz, um dos objetivos permanentes da Nação Brasileira.

Pavilhão Nacional na Praça dos Três Poderes

De acordo com o artigo 12, da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, a Bandeira Nacional estará permanentemente no topo de um mastro especial plantado na Praça dos Três Poderes de Brasília, no Distrito Federal, como símbolo perene da Pátria e sob a guarda do povo brasileiro. A substituição dessa Bandeira será feita com solenidade especiais no primeiro domingo de cada mês, devendo o novo exemplar atingir o topo do mastro antes que o exemplar substituído comece a ser arriado. Na base do mastro especial estarão inscritos exclusivamente os seguintes dizeres: “Sob a guarda do povo brasileiro, nesta Praça dos Três Poderes, a Bandeira sempre no alto – visão permanente da Pátria”.



Pavilhão Nacional na Praça dos Três Poderes

O Dia da Bandeira

A Bandeira Nacional é o principal símbolo visual do nosso país. Com ela nos identificamos e somos identificados, reconhecidos, em qualquer parte do mundo. É a nossa marca mais evidente. A comemoração do Dia da Bandeira foi realizada, pela primeira vez, em São Paulo, em 19 de novembro de 1906, na Escola Normal da capital paulista, por iniciativa do professor José Feliciano, e, nos anos seguintes, a cerimônia se repetiu em todas as escolas daquele estado.

No ano de 1908 foi constituída, no Rio de Janeiro, uma comissão especial que ficou incumbida de promover festividades em comemoração à bandeira em todo o Brasil. Pouco tempo depois foi distribuído em todos os estados brasileiros um manifesto datado de 15 de novembro de 1908 e assinado por Lauro Sodré, Tomaz Cavalcanti, A. J. Barbosa Lima, Tasso Fragoso, Leôncio Correia, Lindolpho Azevedo A. R. Gomes de Castro, A. de Oliveira Sampaio, José Bevilaqua, Olavo Bilac, Alípio Bandeira e Manoel Miranda tratando do assunto e incentivando todos os brasileiros a participar das cerimônias comemorativas no dia 19 de novembro. A idéia foi muito bem recebida em toda parte, e desde aquele ano a criação da bandeira passou a ser festivamente comemorada em todos os estados da Federação brasileira.

Nesse dia e em todos os momentos, é importante lembrar que tanto na atividade profunda e tranquila da paz de nossos dias como nas incertezas de um mundo conturbado, a nossa bandeira tem o esplendor inalterável de um símbolo imortal. Tudo pode ser falível ou efêmero. Ideias, ideais e sonhos podem passar e extinguir nas brumas do passado. Só a bandeira nacional tem o mistério da perpétua vida, o segredo da eternidade na memória de todos os povos. Possui o dom de comover o nosso sentimento de pátria, de nação, de Brasil. É o retrato do nosso país; é o símbolo mais perfeito de sua história; é a imagem de sua indestrutível unidade espiritual e territorial.

Hino à Bandeira Nacional

Autor da Letra: Olavo Bilac (1865-1918)

Autor da Música: Francisco Braga (1868-1945)

*Salve, lindo pendão da esperança!
Salve, símbolo augusto da paz!
Tua nobre presença à lembrança
A grandeza da Pátria nos traz.*

*Recebe o afeto que se encerra
em nosso peito juvenil!
Querido símbolo da terra,
Da amada terra do Brasil!*

*Em teu seio formoso retratas
Este céu de puríssimo azul,
A verdura sem par destas matas,
E o esplendor do Cruzeiro do Sul.*

*Recebe o afeto que se encerra
Em nosso peito juvenil,
Querido símbolo da terra,
Da amada terra do Brasil!*

*Contemplando o teu vulto sagrado
Compreendemos o nosso dever,
E o Brasil por seus filhos amado,
poderoso e feliz há de ser!*

*Recebe o afeto que se encerra
Em nosso peito juvenil,
Querido símbolo da terra,
Da amada terra do Brasil!*

*Sobre a imensa Nação Brasileira,
Nos momentos de festa ou de dor,
Paira sempre, sagrada bandeira
Pavilhão da justiça e do amor!*

*Recebe o afeto que se encerra
Em nosso peito juvenil,
Querido símbolo da terra,
Da amada terra do Brasil!*

Oração à Bandeira

Autor da Letra: Olavo Bilac

Bendita sejas, bandeira do Brasil!

Bendita sejas, pela tua beleza! És alegre e triunfal. Quando te estendes e estalas à viração, espalhas sobre nós um canto e um perfume; porque a viração, que te agita, passou pelas nossas florestas, roçou as toadas das nossas cataratas, rolou no fundo dos nossos grotões agrestes, beijou os píncaros das nossas montanhas, e de lá trouxe o bulício e a frescura que entrega ao teu seio carinhoso. És formosa e clara, graciosa e sugestiva. O teu verde, da cor da esperança, é a perpétua mocidade da nossa terra e a meiguice das ondas mansas que se espreguiçam sobre as nossas praias. O teu ouro é o sol que nos alimenta e excita, pai das nossas searas e dos nossos sonhos, nome da fartura e do amor, fonte inesgotável de alento e

de beleza. O teu azul é o céu que nos abençoa, inundando de soa-lheiras ofuscantes, de luareos mágicos e de enxames de estrelas. E o teu Cruzeiro do Sul é a nossa história: as nossas tradições e a nos-sa confiança, as nossas saudades e as nossas ambições; viu a terra desconhecida e a terra descoberta, o nascer do povo indeciso, a in-quieta alvorada da Pátria, o sofrimento das horas difíceis e o delírio dos dias de vitória; para ele, para o seu fulgor divino ascenderam, numa escalada ansiosa, quatro séculos de beijos e de preces; e pelos séculos em fora irão para ele veneração comovida e o culto feiticista das multidões de brasileiros que hão de viver e lutar!

Bendita sejas, pela tua bondade! Cremos em ti; por esta crença trabalhamos e penamos. À tua sombra, viçam os nossos sertões, ca-vados em vales meigos, riçados em brenhas profundas, levantados em serras majestosas, em que se escondem torvelins de existências e tesouros virgens; fluem as nossas águas vivas e vertentes, em que circulam a nossa soberania e o nosso comércio, agora derramadas em correntes generosas, agora precipitadas em rebojos esplêndidos, agora remansadas entre selvas e colinas; sorriem os nossos campos, cheios de lavouras e de gados, cheios de casais modestos, felizes no suado labor e na honrada paz. E, sob a tua égide, rumorejam as nossas cidades, colméias magníficas, em que tumultuam ondas de povo, em que se extenuam braços, e se esfalam corações, e ardem cérebros, e resfolgam fábricas, e estrugem estaleiros e vozeiam mer-cados, e soletram escolas, e rezam igrejas.

Bendita sejas, pela tua glória! Para que seja maior a tua glória, juntam-se na mesma labuta, a enxada e o livro, a espada e o escopro, a espingarda e a trolha, o alvião e a pena. Para o teu regaço piedoso, elevam-se, como uma oblata, os aromas dos jardins e os rolos de fumo das chaminés; e sobe o hino sacro de todas as nossas almas, ressoando o nosso esforço, o nosso pensamento e a nossa dedicação – vozes altas e concertantes, em que se casam o ranger dos arados, o chiar dos carros de bois, os silvos das locomotivas, o retumbar das máquinas, o ranger dos engenhos, o clamor dos sinos, o clangor dos clarins dos quartéis, o esfuziar dos ventos, o ramalhar das matas, o murmurejo dos rios, o regougo do mar, o gorgueio das aves, todas

as músicas secretas da natureza, as cantigas inocentes do povo e a serena harmonia criadora das líras dos poetas.

Bendita sejas, pelo teu poder; pela esperança que nos dás; pelo valor que nos inspira, quando, com os olhos postos em tua imagem, batalhamos a boa batalha, na campanha augusta em que estamos empenhados; e pela certeza da nossa vitória, que canta e chispa no frêmito e no lampejo das tuas dobras, ao vento e ao sol!

Bendita sejas, pelo teu influxo e pelo teu carinho, que inflamarão todas as almas, condensarão numa só força todas as forças dispersas no território imenso, abafarão as invejas e as rivalidades no seio da família brasileira, e darão coragem aos fracos, tolerância aos fortes, firmeza aos crentes, estímulo aos desanimados!

Benditas sejas! E, para todo o sempre, expande-te, desfralda-te, palpita e resplandece, como uma grande asa, sobre a definitiva pátria, que queremos criar forte e livre: pacífica, mas armada; modesta, mas digna; dadivosa para os estranhos, mas, antes de tudo, maternal para os filhos; liberal, misericordiosa, suave, lírica, mas escudada de energia e de prudência, de instrução e de civismo, de disciplina e de coesão, de Exército destro e de Marinha aparelhada, para assegurar e defender a nossa honra, a nossa inteligência, o nosso trabalho, a nossa justiça e a nossa paz!

Bendita sejas, para todo o sempre, bandeira do Brasil! 🌿

Armas Nacionais



As Armas Nacionais (Brasão Nacional) são as instituídas pelo Decreto nº 4, de 19 de novembro de 1889, com a alteração feita pela Lei nº 5.543, de 28 de maio de 1968 (Anexo nº 8). As Armas representam a glória, a honra e a nobreza do Brasil. Esse Símbolo Nacional foi criado durante o governo provisório do marechal Manoel Deodoro da Fonseca, daí a sua denominação de Brasão da República. Ele foi idealizado por Arthur Sauer e desenhado por Luís Gruder. As Armas são formadas por um escudo redondo constituído em campo azul-celeste, contendo cinco estrelas de prata, dispostas na forma da constelação do Cruzeiro do Sul, com a bordadura do campo perfilada de ouro, carregada de estrelas de prata em número igual ao das estrelas existentes na Bandeira Nacional. O escudo azul repousa em uma estrela de cinco pontas, nas cores nacionais, verde e amarelo, no interior, e vermelho e amarelo, no exterior. A estrela, por sua vez, se apoia em uma espada de dois gumes em posição vertical, com punho de ouro e guardas azuis, ornada por uma estrela. O conjunto escudo-estrela-espada repousa sobre uma coroa formada por um ramo de café frutificado, à direita (esquerda do observador), e outro ramo de fumo florido, à esquerda, em suas cores naturais. Os ramos de café e fumo estão unidos por um pequeno laço azul. Sobre os punhos da espada aparece escrita em ouro a legenda “República Federativa do Brasil”. A data que aparece nas Armas é a da Proclamação da República.

De acordo com o artigo 26 da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, alterado pela Lei nº 8.421, de 11 de maio de 1992, é obrigatório o uso das Armas Nacionais:

I – No Palácio da Presidência da República e na residência do Presidente da República.

II – Nos edifícios-sede dos Ministérios.

III – Nas Casas do Congresso Nacional.

IV – No Supremo Tribunal Federal, nos Tribunais Superiores e nos Tribunais Federais de Recursos.

V – Nos edifícios-sede dos poderes executivo, legislativo e judiciário dos Estados, Territórios e Distrito Federal.

VI – Nas Prefeituras e Câmaras Municipais.

VII – Na frontaria dos edifícios das repartições públicas federais.

VIII – Nos quartéis das forças federais de terra, mar e ar e das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, nos seus armamentos, bem como nas fortalezas e nos navios de guerra.

IX – Na frontaria, ou no salão principal das escolas públicas.

X – Nos papéis de expediente, nos convites e nas publicações oficiais de nível federal. ✚

Selo Nacional



O Selo Nacional é constituído por um círculo representando uma esfera celeste, igual ao que se acha no centro da Bandeira Nacional, tendo em volta as palavras “República Federativa do Brasil”. Dentre os Símbolos Nacionais, este é o destinado para autenticar os atos de governo e bem assim os diplomas e certificados emitidos pelos estabelecimentos de ensino oficiais ou reconhecidos. No seu aspecto gráfico, o Selo Nacional sintetiza formalmente os elementos essenciais da Bandeira Nacional – a esfera, a faixa, as estrelas e a legenda – e deve ser, como todos os demais, preservado na sua forma e aplicações.

Para a feitura do Selo Nacional observar-se-á o seguinte:

I – Desenham-se 2 (duas) circunferências concêntricas, havendo entre os seus raios a proporção de 3 (três) para 4 (quatro).

II – A colocação das estrelas, da faixa e da legenda Ordem e Progresso no círculo interior obedecerá às mesmas regras estabelecidas para a feitura da Bandeira Nacional.

III – As letras das palavras República Federativa do Brasil terão de altura um sexto do raio do círculo interior, e, de largura, um sétimo do mesmo raio. ♣

Hino Nacional Brasileiro

O Hino Nacional do Brasil foi estabelecido pelo Decreto nº 171, de 20 de janeiro de 1890, cujo artigo primeiro declara que “é conservada como Hino Nacional a composição musical do maestro Francisco Manoel da Silva”. Essa composição data dos primeiros anos do Império do Brasil e, com a proclamação da República, ficou vários anos sendo executado apenas como música instrumental uma vez que não possuía letra compatível com a sua beleza e pujança e também pela falta de um poema apropriado à grandiloquência do Hino Nacional.

O Hino Nacional Brasileiro, segundo alguns autores, foi composto para comemorar a independência da nossa Pátria. De acordo com essa premissa, se Francisco Manoel da Silva não o escreveu nos quatro últimos meses de 1822, deve tê-lo feito no decorrer de 1823, sendo que, neste último ano, a peça teve sua primeira execução oficial. O historiador Guilherme de Almeida, em sua obra “A Música no Brasil”, publicada em 1908, nos ensina que o Hino Nacional foi composto em abril de 1831, por ocasião da abdicação de D. Pedro I, e recebeu durante o período imperial diferentes versos, os quais não se ajustavam muito bem aos desenhos musicais.

Assunto polêmico, o certo é que com o advento da República, ao Hino Nacional só faltava uma letra à altura. Em 1908, o ministro da Justiça e Negócios Interiores do Brasil, Dr. Augusto Tavares de Lira, nomeou uma comissão para tratar do Hino, integrada por Alberto Nepomuceno, então diretor do Instituto Nacional de Música, e dos maestros, Francisco Braga e Frederico Nascimento. Foi sugerida a abertura de um concurso para a escolha da melhor letra, e autorizado o governo a criar um prêmio de dois contos de réis. No dia 29 de julho de 1909, repercutiu na Câmara dos Deputados a palavra eloquente do deputado e escritor Henrique Maximiano Coelho Neto (MA). Muito aplaudido, na ocasião lembra a conveniência de se cuidar de uma letra para o Hino, mas que era “preciso por nessa

inspiração uma voz que diga à alma do povo alguma coisa – que fale do céu, da riqueza maravilhosa da nossa terra, do valor dos nossos homens, da virtude das nossas mulheres e que, recordando o passado, acene, ao mesmo tempo, ao futuro”. Surge de várias regiões do Brasil obras poéticas destinadas ao canto do Hino Nacional e, dentre elas, destacava-se, pelo rigoroso controle rítmico para se ajustar perfeitamente à melodia oficial, o poema de Joaquim Osório Duque Estrada, eminente poeta fluminense. O seu projeto de letra para o Hino Nacional Brasileiro, muito prestigiado pelas bandas militares, músicos, técnicos e escritores de várias tendências, entra em discussão no Congresso Nacional, sendo então aprovado. O assunto foi definitivamente resolvido às vésperas das comemorações do “Centenário da Independência” quando é promulgado o Decreto Legislativo nº 4.559, de 21 de agosto de 1922, que autoriza “o Poder Executivo a adquirir a propriedade plena e definitiva da letra do Hino Nacional Brasileiro, escrita por Joaquim Osório Duque Estrada, e torná-la oficial”. Tendo em vista a determinação legislativa é expedido o Decreto nº 15.636, de 26 de agosto de 1922, abrindo ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial para aquisição do Hino Nacional Brasileiro, e o Decreto nº 15.671, de 6 de setembro de 1922, que declarou oficial a letra do Hino Nacional Brasileiro.

A Constituição do Brasil promulgada em 16 de julho de 1934, pelo seu artigo 174, preconizava que a Bandeira, o Hino, o Escudo e as Armas Nacionais deviam ser usados em todo o território brasileiro, nos termos que a lei determinasse. Faltava somente a regulamentação para que o Hino tivesse sua divulgação normalizada. Em 1935, o deputado Mozart Brasileiro Pereira do Lago (DF) apresentou uma indicação tratando do assunto com vista à Comissão de Educação e Cultura. Por ser muito abrangente, o assunto foi julgado inconstitucional. Mas, em 23 de junho de 1936, o deputado Lourenço Baeta Neves apresenta o Projeto de Lei nº 90, que torna obrigatório o canto do Hino Nacional nas escolas primárias e nos estabelecimentos de ensino normal, em todo o país, mantidos ou não pelos poderes públicos. O projeto foi acolhido e recebeu expressivas demonstrações de aplausos da população. Em discussão e votação, a matéria foi aprovada.

Transforma-se na Lei nº 259, de 1 de outubro de 1936, tornando obrigatório, em todo o país, nos estabelecimentos de ensino, mantidos ou não pelos poderes públicos, e nas associações de fins educativos e outros, o canto do Hino Nacional Brasileiro. Posteriormente, o Decreto-Lei nº 4.545, de 31 de julho de 1942, determinou em seu artigo sétimo, que “o Hino Nacional é o que se compõe da música de Francisco Manoel da Silva e poema de Joaquim Osório Duque Estrada”. A Lei nº 5.443, de 28 de maio de 1968, tratou da forma e apresentação dos Símbolos Nacionais, e a Lei nº 5.700, de 1 de setembro de 1971 alterada pela Lei nº 8.421, de 11 de maio de 1992, tratou do mesmo assunto, fazendo remissão aos decretos já citados.

“Voz imutável, que se levanta do passado, que se ouve no presente e há de ser eternamente ouvida no futuro. Quem, brasileiro, não experimentou ainda, em algum instante de sua existência, o efeito da magia dessa música extraordinária, que sacode os íntimos do nosso melhor sentir? Quem, brasileiro, uma vez ao menos, ao ouvir essa voz animadora, não teve o coração vibrando, acelerado no seu bater, modificado no ritmo físico de suas pulsações? Quem, brasileiro, fora do Brasil, ao ouvir o nosso Hino, não experimentou, em algum momento, emoções profundas, despertadas pela viva lembrança da terra distante?”.

Deputado Lourenço Baeta Neves,
Plenário da Câmara dos Deputados, 2 de julho de 1936.

HINO NACIONAL BRASILEIRO

HINO NACIONAL DO BRASIL

Autor da música: Francisco Manoel da Silva (1795/1865)

Autor da letra: Joaquim Osório Duque Estrada (1870/1927)

I

*Ouviram do Ipiranga as margens plácidas
De um povo heróico o brado retumbante,
E o sol da liberdade, em raios fúlgidos,
Brilhou no céu da pátria nesse instante.*

*Se o penhor dessa igualdade
Conseguimos conquistar com braço forte,
Em teu seio, ó liberdade,
Desafia o nosso peito a própria morte!
Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!*

*Brasil, um sonho intenso, um raio vívido
De amor e de esperança à terra desce,
Se em teu formoso céu, risonho e límpido,
A imagem do Cruzeiro resplandece.
Gigante pela própria natureza,
És belo, és forte, impávido colosso,
E o teu futuro espelha essa grandeza*

*Terra adorada,
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!
Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!*

II

*Deitado eternamente em berço esplêndido,
Ao som do mar e à luz do céu profundo,
Fulguras, ó Brasil, florão da América,
Iluminado ao sol do Novo Mundo!*

*Do que a terra mais garrida
Teus risonhos, lindos campos têm mais flores;
“Nossos bosques têm mais vida”,
“Nossa vida” no teu seio “mais amores”.
Ó pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!*

*Brasil, de amor eterno seja símbolo
O lábaro que ostentas estrelado,
E diga o verde-louro desta flâmula
– “Paz no futuro e glória no passado”.
Mas, se ergues da justiça a clava forte,
Verás que um filho teu não foge à luta,
Nem teme, quem te adora, a própria morte.*

*Terra adorada
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!
Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátri a amada,
Brasil!*

O Hino Nacional é o nosso canto maior! Belo e pujante, em todos os momentos quando executado ele arre pia, emociona e orgulha todos os cidadãos brasileiros. Cantado em diversos momentos e eventos pelo Brasil e pelo mundo afora, ele é com a Bandeira Brasileira os símbolos mais conhecidos. 🌿

As Cores Nacionais



A Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, considerou ainda que as cores nacionais são o verde e o amarelo e que podem ser usadas sem quaisquer restrições, inclusive associadas a azul e branco. 🌿

Outros Hinos de Nossa Terra, Nossa Gente, Nosso País

Hino da Independência do Brasil

Autor da Letra: Evaristo da Veiga

Autor da Música: D. Pedro I

*Já podeis da Pátria filhos,
Ver contente a mãe gentil;
Já raiou a liberdade
No horizonte do Brasil
Já raiou a liberdade,
Já raiou a liberdade
No horizonte do Brasil.*

*Brava gente brasileira!
Longe vá temor servil
Ou ficar a Pátria livre
Ou morrer pelo Brasil;
Ou ficar a Pátria livre,
Ou morrer pelo Brasil.*

*Os grilhões que nos forjava
Da perfídia astuto ardil,
Houve mão mais poderosa,
Zombou deles o Brasil;
Houve mão mais poderosa
Houve mão mais poderosa*

*Brava gente brasileira!
Longe vá temor servil
Ou ficar a Pátria livre
Ou morrer pelo Brasil;
Ou ficar a Pátria livre,
Ou morrer pelo Brasil.*

*Não temais ímpias falanges
Que apresentam face hostil;
Vossos peitos, vossos braços
São muralhas do Brasil;
Vossos peitos, vossos braços
Vossos peitos, vossos braços
São muralhas do Brasil.*

*Brava gente brasileira!
Longe vá temor servil
Ou ficar a Pátria livre
Ou morrer pelo Brasil;
Ou ficar a Pátria livre,
Ou morrer pelo Brasil.*

*Parabéns, ó brasileiros!
Já, com garbo juvenil,
Do universo entre as nações
Resplandece a do Brasil;
Do universo entre as nações
Do universo entre as nações
Resplandece a do Brasil.*

*Brava gente brasileira!
Longe vá temor servil
Ou ficar a Pátria livre
Ou morrer pelo Brasil;
Ou ficar a Pátria livre,
Ou morrer pelo Brasil.*

Hino da Proclamação da República

Autor da Letra: Medeiros e Albuquerque
Autor da Música: Leopoldo Augusto Miguez

*Seja um pátio de luz desdobrado.
Sob a larga amplidão destes céus
Este canto rebel que o passado
Vem remir dos mais torpes labéus!
Seja um hino de glória que fale
De esperança, de um novo porvir!
Com visões de triunfos embale
Quem por ele lutando surgir!*

*Liberdade! Liberdade!
Abre as asas sobre nós!
Das lutas na tempestade
Dá que ouçamos tua voz!*

*Nós nem cremos que escravos outrora
Tenha havido em tão nobre País...
Hoje o rubro lampejo da aurora
Acha irmãos, não tiranos hostis.
Somos todos iguais! Ao futuro
Saberemos, unidos, levar
Nosso augusto estandarte que, puro,
Brilha, avante, da Pátria no altar!*

*Liberdade! Liberdade!
Abre as asas sobre nós!
Das lutas na tempestade
Dá que ouçamos tua voz!*

*Se é mister que de peitos valentes
Haja sangue em nosso pendão,
Sangue vivo do herói Tiradentes
Batizou este audaz pavilhão!
Mensageiros de paz, paz queremos,
É de amor nossa força e poder
Mas da guerra nos transes supremos
Heis de ver-nos lutar e vencer!*

*Liberdade! Liberdade!
Abre as asas sobre nós!
Das lutas na tempestade
Dá que ouçamos tua voz!*

*Do Ipiranga é preciso que o brado
Seja um grito soberbo de fé!
O Brasil já surgiu libertado,
Sobre as púrpuras régias de pé.
Eia, pois, brasileiros avante!
Verdes louros colhamos louções!
Seja o nosso País triunfante,
Livre terra de livres irmãos!*

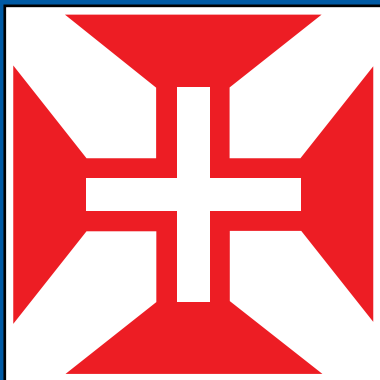
*Liberdade! Liberdade!
Abre as asas sobre nós!
Das lutas na tempestade
Dá que ouçamos tua voz! 🌿*

As Bandeiras da História

do Brasil

Bandeiras utilizadas no Brasil até a proclamação da República

A história da Bandeira Brasileira é rica em tradição. No seu desenho, presta-se homenagem à herança histórica da Nação; à Mãe Pátria – Portugal; aos ousados navegantes portugueses dos séculos XV e XVI; à proclamação da Independência, no ano heróico de 1822; aos fundadores da República, em 1889; e aos cidadãos que ajudaram a consolidar essa grande nação.



Bandeira da Ordem Militar de Cristo (1320)

Foi trazida por Pedro Álvares Cabral. Esteve exposta junto ao altar, na Primeira Missa rezada no Brasil. Essa bandeira, que poderia ser chamada de algo como “insígnias navais” de Portugal, já era usada desde 1320 nas expedições ultramarinas lusitanas. Era ela que presidia as descobertas e era hasteada em todas as terras reclamadas pela coroa portuguesa.



Bandeira Real sob D. Manuel I (1495)

Criada durante o reinado de D. João II (1481-1495) era a bandeira oficial do Reino de Portugal durante o reinado de D. Manuel I, o venturoso (1495-1521). Essa bandeira estava presente nas naus do descobrimento do Brasil.



Bandeira Real sob D. João III (1521)

Bandeira usada no Brasil durante o período das experiências colonizadoras, como a expedição de Martim Afonso (1530), as Capitânicas Hereditárias (1534), a instituição dos Governadores-Gerais (1549) e a divisão do território brasileiro em dois governos (1572).



Bandeira do Domínio Holandês no Brasil (1624)

A bandeira do pavilhão das Províncias Unidas da Holanda foi usada quando os Países Baixos ocuparam a maior região produtora de açúcar na época – o litoral do nordeste brasileiro (1624-1661). Para nós, essa bandeira representa um período especial da história do Brasil – a luta e a coragem dos brasileiros do Século XVII no enfrentamento contra os invasores estrangeiros.



Bandeira do Domínio Espanhol (União Ibérica) (1616)

Bandeira utilizada durante o domínio espanhol em terras portuguesas; vigorou até o fim da União Ibérica (1640).



Bandeira da Revolução (1640)

Trata-se da bandeira da revolução que culminou com a independência de Portugal em 1º de dezembro de 1640 e a Aclamação de D. João IV. Após a restauração passou a ser uma bandeira muito popular, usada lado a lado com a bandeira oficial do Reino, especialmente nas datas festivas em terras do domínio português.



Bandeira Real sob D. João IV (Bandeira da Restauração – 1610)

Essa bandeira marca o fim do domínio espanhol em terras lusitanas.



Bandeira do Principado do Brasil (1645)

Esta bandeira foi criada por D. João VI como estandarte do título de Príncipe do Brasil – criado para seu filho Teodósio –, que passou a simbolizar o segundo na linha de sucessão ao trono português. Também conhecida como Bandeira do Comércio do Brasil, ela foi o primeiro sinal da presença do Brasil, no campo político mundial, como parte integrante da nação portuguesa.



Bandeira do Rei D. Pedro II (1669)

A bandeira traz pela primeira e única vez o verde como fundo exclusivo do escudo oficial de Portugal.



Bandeira do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (1816)

Bandeira do período do príncipe e depois rei D. João VI. Decreto real deu nova forma ao Estado português em 1815, passando a ser denominado de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. No ano de 1816 são unidas em um só escudo as três armas de Portugal, Brasil e Algarves, sendo mantida a mesma bandeira.



Bandeira do Regime Constitucional (1821)

Bandeira usada após a Revolução Constitucional do Porto (24 de agosto de 1820) e adotada pelas Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa (1821-1822). Essa foi a última bandeira portuguesa a tremular em solo brasileiro, pois um ano depois o Brasil se separaria de Portugal definitivamente.



Bandeira do Reino do Brasil (1822)

O príncipe regente D. Pedro expediu decreto em 18 de setembro de 1822 que deu ao Brasil independente um escudo de armas e uma bandeira com esse escudo reproduzido ao centro. Essa bandeira foi usada por pouquíssimo tempo, entre 18 de setembro e 1º de dezembro de 1822. O projeto das duas primeiras bandeiras foi de iniciativa do então conselheiro José Bonifácio de Andrada e Silva, juntamente com Jean Baptiste Debret, desenhista e pintor francês que residiu no Brasil entre 1816 e 1831.



Bandeira do Império do Brasil (1822)

Marca da emancipação política do Brasil, essa bandeira entrou em vigor quando da expedição do decreto de 1º de dezembro de 1822, no mesmo dia da coroação do imperador D. Pedro I. Durante o período imperial houve uma pequena alteração feita por D. Pedro II, que adicionou uma estrela (de 19 foi para 20) refletindo a perda da província da Cisplatina (Uruguai) e a criação das províncias do Paraná (1853) e do Amazonas (inicialmente Rio Negro, em 1850) sem nenhum ato oficial. Vigorou até à proclamação da República em 15 de novembro de 1889.



Bandeira Provisória da República do Brasil (1889)

A bandeira foi utilizada em curto período de quatro dias (15 a 19 de novembro de 1889). Seu uso foi rejeitado pelo chefe do governo provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, o marechal Manoel Deodoro da Fonseca, que era da opinião de que deveria se manter a velha bandeira retirando-lhe a coroa e substituindo-a pelo Cruzeiro do Sul.

Bandeiras da República Federativa do Brasil (1889)



19 de novembro de 1889 a junho de 1960: 21 estrelas



A partir de 11 de maio de 1992: 27 estrelas.

A Bandeira do Brasil atual foi adotada em 19 de novembro de 1889. Mantiveram-se, como quis o chefe do governo provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, o marechal Manoel Deodoro da Fonseca, as formas da velha bandeira, substituindo-se o escudo pelo disco celeste com a composição das estrelas tais como elas estavam no céu da cidade do Rio Janeiro às 8 horas e 30 minutos do dia 15 de novembro de 1889. Sobre o disco colocou-se um faixa branca com o lema “Ordem e Progresso”.

Ao longo da história republicana, a bandeira sofreu algumas alterações. GANHOU uma estrela a mais em 1960 (pela criação do Estado da Guanabara, por ocasião da transferência da capital do país para Brasília); ganhou outra estrela em 1968 (elevação do Território do Acre em Estado) e em 1992 ganhou quatro estrelas, adequando-se à nova configuração de estados no Brasil (encampamento do Estado da Guanabara pelo Rio de Janeiro, criação dos Estados do Mato Grosso do Sul, Tocantins, Rondônia, Amapá e Roraima). A bandeira atual conta com 27 estrelas (26 estados mais o Distrito Federal). ✪

Homenagem aos Estados da Federação

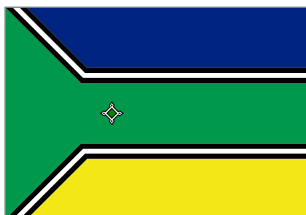
Bandeiras dos Estados e do Distrito Federal



Acre



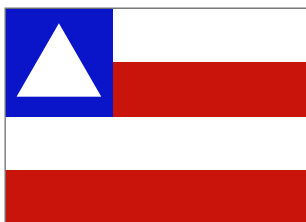
Alagoas



Amapá



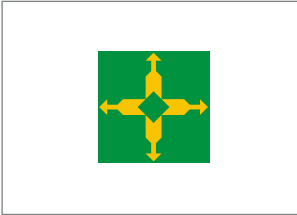
Amazonas



Bahia



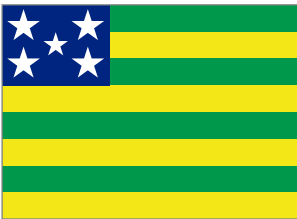
Ceará



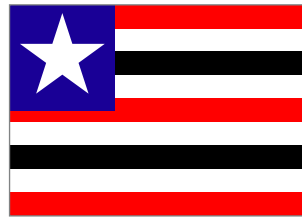
Distrito Federal



Espírito Santo



Goiás



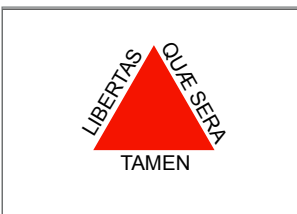
Maranhão



Mato Grosso



Mato Grosso do Sul



Minas Gerais



Pará



Paraíba



Paraná



Pernambuco



Piauí



Rio de Janeiro



Rio Grande do Norte



Rio Grande do Sul



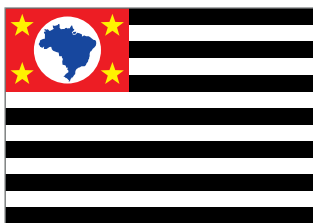
Rondônia



Roraima



Santa Catarina



São Paulo



Sergipe



Tocantins



Alameda dos Estados

O Acervo da Câmara dos Deputados

O acervo da Câmara dos Deputados guarda tesouros dessa história, registros dos conflitos, documentos que selam os pactos e anunciam as propostas e ideais, imagens dos heróis, da vida cotidiana e das batalhas. Vale a pena debruçar-se sobre ele.

Um link para o passado

Para pesquisar esse período importante da nossa História, a Câmara dos Deputados tem digitalizados todos os seus Anais, desde 1823, facilmente acessíveis pela página da Internet no endereço: www.camara.gov.br.

Observações:

Todas as imagens utilizadas na edição dessa exposição são da época mais próxima dos acontecimentos históricos. O uso dessas imagens é uma licença histórica, institucional, educacional e sem fins lucrativos, para o conhecimento de todos os visitantes tendo em vista a afirmação da nacionalidade, a conquista e a consolidação da democracia de todos os povos e a promoção da cidadania em todos os países.

As imagens foram colhidas, principalmente, no acervo do Centro de Documentação e Informação: Coordenação de Arquivo; Coordenação de Biblioteca, Seção de Obras Especiais; Coordenação de Preservação de Bens Culturais, Museu da Câmara e também

em outras instituições, arquivos, museus e bibliotecas particulares apoiadoras do evento comemorativo.

Tendo em vista a proteção dos direitos autorais, mesmo quando em alguma imagem não era identificada a autoria foi realizada pesquisa exaustiva em documentos, livros, revistas e jornais, às vezes sem sucesso. Mas, todas foram identificadas pela origem da publicação. A todos os autores, empresas e instituições os nossos agradecimentos pelo apoio à equipe de trabalho do Museu da Câmara.

*“Um povo sem memória é um povo sem história.
E um povo sem história está fadado a cometer,
no presente e no futuro, os mesmos erros do passado.”*

Emília Viotti da Costa, historiadora brasileira. ♣

Referências

COIMBRA, Raimundo Olavo. *A Bandeira do Brasil: raízes histórico-culturais*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

LUPONI, Arthur. *Símbolos Nacionais Brasileiros - Decreto-Lei nº 4545, de 31 de julho de 1942*. São Paulo: MEC, Departamento Nacional de Educação. s.d.

NUNES, Janarí Gentil. *Bandeira do Brasil - história, simbolismo, glórias e leis*. Rio de Janeiro: Graphics Bloch, 1939.

PINTO, Felipe Chiarello de Souza. *Os símbolos nacionais e a liberdade de expressão*. São Paulo: Max Limonad, 2001.

RIBEIRO, Clovis. *A revolução e os símbolos nacionais*. São Paulo: São Paulo, 1930.

_____. *Brazões e bandeiras do Brasil*. São Paulo: São Paulo, 1933.

ROSSI, Lino. *Hinos do Brasil*. Brasília: CEDI, 2000.

SIQUEIRA, Baptista. *Hino Nacional* (ensaio histórico e estético). Rio de Janeiro: Artenova, 1970.

TEXEIRA, Nelson Carlos. *Os símbolos nacionais brasileiros*. Belo Horizonte: FIEMG, 1999.

HINO Nacional Brasileiro, Hino à Proclamação da República, Hino à Bandeira e Hino da Independência. Disponível em: <<http://www.exercito.gov.br/01inst/Hinoscan/indice.htm>>. Acesso em: 26/06/2009.

Anexo

Legislação sobre Símbolos Nacionais

- Carta de Lei de 13 de maio de 1816 – Dá armas ao Reino do Brasil e incorpora em um só Escudo Real as Armas de Portugal, Brasil e Algarves. (Coleção das Leis do Império (1808-1889))
- Decretos de 18 de setembro de 1822 – D. Pedro, Regente e Defensor Perpétuo do Brasil, expede vários decretos, que são referendados por José Bonifácio de Andrada e Silva: 1) concede anistia geral para as passadas opiniões políticas; ordena o distintivo “Independência ou Morte” e a saída dos dissidentes; 2) Determina o Tope Nacional Brasiliense e a legenda dos patriotas do Brasil; 3) Dá ao Brasil um escudo de armas e cria a Bandeira Nacional, fazendo menção ao “verde de primavera” e ao “amarelo d’ouro” como cores nacionais. (Coleção das Leis do Império (1808-1889))
- Decreto de 1º de dezembro de 1822 – Com a elevação do Brasil à categoria de Império, D. Pedro (então aclamado Imperador) manda substituir pela Coroa Imperial a Coroa Real que se acha sobreposta no escudo de armas. Primeira atualização da Bandeira Nacional. (Coleção das Leis do Império (1808-1889))
- Decreto de 27 de julho de 1829 – Concede aos Conselheiros de Estado o uso das Armas Imperiais, com a Coroa Imperial sobreposta nas mangas das fardas do seu uniforme, sendo este semelhante ao dos Camaristas. (Coleção das Leis do Império (1808-1889))
- Decreto nº 499, de 31 de janeiro de 1847 – Providência sobre a concessão de Brasões d’Armas e sobre a exposição dos despachos, tanto para a nomeação dos oficiais mecânicos da Casa Imperial e provimento de todos os ofícios dela, cuja apresentação, na forma das leis em vigor, pertencia ainda ao Mordomo-Mor,

como para o levantamento d'Armas Imperiais na frente de alguma morada. (Coleção das Leis do Império (1808-1889))

- Decreto nº 584, de 19 de fevereiro de 1849 – Determina que os delegados e subdelegados dos Chefes de Polícia tenham, na porta de sua residência, uma tabuleta com as Armas do Império e possam, nos atos do seu ofício, usar de uma faixa. (Coleção das Leis do Império (1808-1889))
- Decreto nº 4, de 19 de novembro de 1889 – Estabelece os distintivos da Bandeira Nacional, das Armas Nacionais e dos selos e sinetes da República. (Coleção das Leis da República (1889-2000))
- Decreto nº 171, de 20 de janeiro de 1890 – Conserva como Hino Nacional a composição musical de Francisco Manoel da Silva e, como Hino da Proclamação da República, a composição musical do maestro Leopoldo Miguez, baseada na poesia do cidadão José Joaquim de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque. (Coleção das Leis da República (1889-2000))
- Projeto de Lei nº 185, de 1º de setembro de 1892 – Trata de mudanças na Bandeira Nacional (Autor: Dep. Manuel Prisciliano de Oliveira Valadão). (Anais da Câmara dos Deputados. 1.9.1892. p. 24)
- Projeto de Lei nº 50, de 11 de julho de 1905 – Trata de mudanças na Bandeira Nacional (Autor: Dep. Celso Florentino Henriques de Sousa). (Anais da Câmara dos Deputados. 11.7.1905. p. 123)
- Projeto de Lei nº 77, de 8 de junho de 1908 – Trata de mudanças na Bandeira Nacional (Autor: Dep. Wenceslau Escobar). (Anais da Câmara dos Deputados. 8.6.1908. p. 161)
- Decreto nº 4.559, de 21 de agosto de 1922 – Autoriza o Poder Executivo a adquirir pela importância de 5:000\$ [cinco contos de réis], no máximo, a propriedade plena e definitiva da letra do Hino Nacional Brasileiro, escrita por Joaquim Osório Duque Estrada, e torná-la oficial. (Diário Oficial da União de 29.8.1922)
- Decreto nº 15.636, de 26 de agosto de 1922 – Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de 5:000\$

[cinco contos de réis] para aquisição da propriedade plena da letra do Hino Nacional Brasileiro, escrita por Joaquim Osório Duque Estrada. (Diário Oficial da União de 29.8.1922)

- Decreto nº 15.671, de 6 de setembro de 1922 – Declara oficial a letra do Hino Nacional Brasileiro, escrita por Joaquim Osório Duque Estrada. É assinado pelo Presidente da República Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa na véspera da comemoração do 1º Centenário da Independência. (Diário Oficial da União de 13.9.1922)
- Decreto nº 763, de 23 de abril de 1936 – Dá instruções para o hasteamento de bandeiras em todo o território nacional. (Coleção das Leis da República (1889-2000))
- Projeto de Lei nº 90, de 23 de junho de 1936 – Torna obrigatório o canto do Hino Nacional nas escolas primárias e nos estabelecimentos de ensino normal, em todo o país, mantidas ou não pelos poderes públicos (Autor: Dep. Lourenço Baeta Neves). (Anais da Câmara dos Deputados, 30.6.1936. p. 7)
- Lei nº 259, de 1º de outubro de 1936 – Torna obrigatório, em todo o país, nos estabelecimentos de ensino, mantidos ou não pelos poderes públicos, e nas associações de fins educativos e outros, o canto do Hino Nacional, de Francisco Manoel da Silva, com a letra de Joaquim Osório Duque Estrada. (Diário Oficial da União de 7.10.1936)
- Decreto-Lei nº 4.545, de 31 de julho de 1942 – Dispõe sobre a forma e apresentação dos Símbolos Nacionais e dá outras providências. O decreto supre as deficiências das normas anteriores quanto à forma e apresentação dos símbolos gráficos e torna obrigatório o ensino do desenho da Bandeira Nacional e do canto do Hino Nacional em todos os estabelecimentos, públicos e particulares, de ensino primário, normal, secundário e profissional. (Coleção das Leis da República (1889-2000))
- Decreto nº 9.079, de 19 de março de 1946 – Modifica a redação do art. 15 do Decreto-Lei nº 4.545 e dispõe sobre o hasteamento

diário da Bandeira Nacional em locais determinados. (Coleção das Leis da República (1889-2000))

- Projeto de Lei nº 464, de 15 de junho de 1959 – Modifica a Bandeira Nacional (Autor: Dep. Mendes de Moraes). (DCN1 de 16.6.1959 – p. 3092)
- Projeto de Emenda à Constituição nº 08, de 5 de maio de 1960 – Modifica o art. 195 da Constituição Federal – Símbolos Nacionais (Autor: Dep. Oscar Corrêa). (DCN1 de 13.5.1960 – p. 3025)
- Projeto de Lei nº 1.778, de 12 de abril de 1960 – Altera as características da Bandeira Nacional, incluindo mais uma estrela, correspondente ao estado da Guanabara (Autor: Dep. Sérgio Magalhães). (DCN1 de 13.4.1960 – p. 2579)
- Decreto nº 48.124, de 16 de abril de 1960 – Incorpora à Bandeira Nacional uma nova estrela de primeira grandeza, representando o estado da Guanabara. (Coleção das Leis da República (1889-2000))
- Decreto nº 50.505, de 26 de abril de 1961 – Consolida as disposições relativas à educação moral e cívica nos estabelecimentos de ensino e dá outras providências. (Coleção das Leis da República (1889-2000))
- Lei nº 4.075, de 23 de junho de 1962 – Inclui entre os bens impenhoráveis os exemplares da Bandeira Nacional não destinados ao comércio. (Coleção das Leis da República (1889-2000))
- Projeto de Lei nº 715, de 23 de julho de 1963 – Incorpora à Bandeira Nacional uma estrela representativa do estado do Acre (Autor: Dep. Jorge Kalume). (DCN1 de 24.7.1963 – p. 4711)
- Emenda Constitucional nº 3, de 9 de junho de 1961 – Determina que a Bandeira Nacional poderá ser modificada sempre que se alterar o número de estados que compõem a República Federativa do Brasil. (DCN1 de 9.6.1961 p. 3849)
- Projeto de Lei nº 2.159, de 28 de julho de 1964 – Modifica a Bandeira Nacional (Autor: Dep. Mendes de Moraes). (DCN1 de 29.7.1964 – p. 5883)

- Projeto de Lei nº 2.233, de 27 de agosto de 1964 – Modifica a Bandeira Nacional (Autor: Dep. Eurico de Oliveira). (DCN1 de 28.8.1964 – p. 7053)
- Projeto de Lei nº 2.540, de 12 de março de 1965 – Torna obrigatória a colocação da Bandeira Nacional nas salas de aula dos estabelecimentos de ensino (Autor: Dep. Eurico de Oliveira). (DCN1 de 13.3.1965 – p. 773)
- Projeto de Lei nº 2.580, de 19 de abril de 1965 – Estabelece a obrigatoriedade de hasteamento e arriamento diário da Bandeira Nacional no Congresso Nacional e nas Assembleias Legislativas Estaduais (Autor: Dep. Eurico de Oliveira). (DCN1 de 20.4.1965 – p. 1954)
- Projeto de Lei nº 2.627, de 19 de março de 1965 – Obriga a colocação da Bandeira Nacional nos escritórios oficiais, fábricas ou estabelecimentos de qualquer natureza (Autor: Dep. Eurico de Oliveira). (DCN1 de 20.3.1965 – p. 1046)
- Projeto de Lei nº 2.937, de 30 de junho de 1965 – Dispõe sobre a inserção de estrelas representativas dos estados da Guanabara e do Acre na Bandeira Nacional e dá outras providências (Autor: Dep. Carlos Werneck). (DCN1 de 1.7.1965 – p. 5130)
- Projeto de Lei nº 3.220, de 15 de outubro de 1965 – Dispõe sobre os Símbolos Nacionais e dá outras providências (Autor: Dep. Carlos Werneck). (DCN1 de 16.10.1965 – p. 8655)
- Projeto de Lei nº 3.534, de 24 de março de 1966 – acrescenta parágrafos ao art. 14 do Decreto-Lei nº 4.545, de 31 de julho de 1942 – Dispõe sobre forma e apresentação dos Símbolos Nacionais (Autor: Dep. Eurico de Oliveira). (DCN1 de 25.3.1966 – p. 1263)
- Projeto de Lei nº 3570, de 11 de abril de 1966 – Altera o Decreto-Lei nº 4.545, de 31 de julho de 1942, que dispõe sobre a forma e apresentação dos Símbolos Nacionais, e dá outras providências. Origem: Senador Guido Mondin. (DCN1 de 12.4.1966 – p. 1578)

- Projeto de Lei nº 3.769, de 2 de agosto de 1966 – Modifica a Bandeira Nacional (Autor: Dep. Mendes de Moraes). (DCN1 de 3.8.1966 – p. 4558)
- Projeto de Lei nº 3.970, de 7 de outubro de 1966 – Isenta do imposto de consumo a Bandeira Nacional e os demais Símbolos Nacionais (Autor: Dep. Tufy Nassif). (DCN1 de 8.10.1966 – p. 6635)
- Projeto de Lei nº 4.023, de 30 de novembro de 1966 – Torna obrigatório o hasteamento da Bandeira Nacional diariamente nos estabelecimentos de ensino, nos edifícios públicos, nos monumentos históricos, nas praças públicas, nos parques e nos hotéis considerados de turismo (Autor: Dep. Antônio Bresolin). (DCN1 de 1º.12.1966 – p. 15)
- Projeto de Lei nº 804, de 30 de novembro de 1967 – Acrescenta alínea ao art. 15 do Decreto-Lei nº 9.076, de 19 de março de 1946, que modifica o Decreto-Lei nº 4.545, de 31 de julho de 1942, que dispõe sobre a forma e apresentação dos Símbolos Nacionais (Autor: Dep. Paulo Abreu). (DCN1 de 1º.12.1968 – p. 8534)
- Projeto de Lei nº 996, de 15 de fevereiro de 1968 – Torna obrigatório o hasteamento da Bandeira Nacional no Dia das Mães (Autor: Dep. Alceu de Carvalho). (DCN1 de 16.2.1968 – p. 1003)
- Lei nº 5.389, de 22 de fevereiro de 1968 – Determina o número de estrelas: “tantas quantos forem os estados da União e ainda uma que represente o Distrito Federal”. Nas Armas e no Selo Nacionais, a legenda “Estados Unidos do Brasil” é substituída pela nova designação do País – “República Federativa do Brasil”. (Coleção de Leis da República (1889-2000))
- Lei nº 5.443, de 28 de maio de 1968 – Dispõe sobre a forma e apresentação dos Símbolos Nacionais e da atualização dos mesmos quando ocorrer fato ou causa que determine ou justifique alterações. O Poder Executivo teria um prazo de 365 dias para determinar a atualização de todos os símbolos confeccionados ou reproduzidos no País ou no exterior e de 90 dias para

encaminhar ao Congresso Nacional as possíveis alterações. (Coleção de Leis da República (1889-2000))

- Projeto de Lei nº 1.234, de 31 de julho de 1968 – Faculta aos órgãos de classe, estabelecimentos comerciais, industriais ou bancários, oficiais ou particulares, o direito de hastear a Bandeira Nacional nos dias de festa ou luto nacional, estadual ou municipal (Autor: Dep. José Esteves). (DCN1 de 1º.8.1968 – pág. 4784)
- Decreto nº 68.065, de 14 de janeiro de 1971 – Regulamenta o Decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, que dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. (Coleção de Leis da República (1889-2000))
- Projeto de Lei nº 151, de 17 de junho de 1971 – Torna obrigatório o hasteamento da Bandeira Nacional, diariamente, nos estabelecimentos de ensino, nas praças públicas, nos parques e nos hotéis considerados de turismo (Autor: Dep. Antônio Bresolin). (DCN1 de 6.7.1971 – p. 2516)
- Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971 – Dispõe sobre a forma e apresentação dos Símbolos Nacionais. A modificação mais importante está no art. 1º, que declara que são Símbolos Nacionais e inalteráveis a Bandeira Nacional e o Hino Nacional. (Coleção de Leis da República (1889-2000))
- Decreto nº 70.274, de 9 de março de 1972 – Declara as normas do cerimonial público e a ordem geral de precedência. (Coleção de Leis da República (1889-2000))
- Decreto nº 70.409, de 14 de abril de 1972 – Dispõe sobre o hasteamento da Bandeira Nacional no dia 21 de abril de 1972. (Coleção de Leis da República (1889-2000))
- Lei nº 5.812, de 13 de outubro de 1972 – Modifica os incisos IV do artigo 13 e III do artigo 18 da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, que dispõe sobre a forma e a apresentação dos

Símbolos Nacionais e dá outras providências. (Coleção de Leis da República (1889-2000))

- Decreto nº 71.578, de 1º de dezembro de 1972 – Dispõe sobre a coordenação das solenidades de substituição da Bandeira Nacional hasteada no mastro especial implantado na Praça dos Três Poderes em Brasília, e dá outras providências. (Coleção de Leis da República (1889-2000))
- Projeto de Lei nº 1.537, de 12 de novembro de 1975 – Altera o inciso III do art. 8º da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, que “dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais e dá outras providências” (Autor: Dep. Pedro Lauro). (DCN1 de 4.12.1975 – p. 37, Suplemento A)
- Projeto de Lei nº 1.719, de 31 de dezembro de 1976 – Dispõe sobre o hasteamento obrigatório do pavilhão nacional, em dias de festa pátria, nos estabelecimentos que menciona (Autor: Dep. Alcides Franciscato). (DCN1 de 5.3.1976 – p. 87)
- Projeto de Lei nº 2.369, de 31 de maio de 1976 – Altera os arts. 13 e 14 da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, que “dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais e dá outras providências” (Autor: Dep. Antônio Bresolin). (DCN1 de 10.6.1976 – p. 5159)
- Projeto nº 3.433, de 21 de março de 1977 – Dá nova redação aos arts. 35 e 36, da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, que dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais (Autor: Dep. Jorge Arbage). (DCN1 de 14.4.1977 – p. 1811)
- Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978 – Define os crimes contra a Segurança Nacional, estabelece a sistemática para o seu processo e julgamento e dá outras providências. (Coleção de Leis da República (1889-2000))
- Lei nº 6.913, de 27 de maio de 1981 – Dá nova redação aos arts. 35 e 36 da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, que dispõe sobre a forma e a apresentação dos símbolos nacionais. (Coleção de Leis da República (1889-2000))

- Lei nº 8.421, de 12 de maio de 1992 – Altera a Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, que dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais. Os Símbolos Nacionais agora não são mais inalteráveis. Os novos estados da Federação passam a ser representados por novas estrelas, e são suprimidas da Bandeira Nacional as correspondentes aos estados extintos. Os artigos 1º e 3º, os incisos I do artigo 8º e VIII do artigo 26 da lei anterior passam a vigorar com nova redação. Os Anexos 1, 2, 8 e 9, que acompanham a Lei nº 5.700, são substituídos pelos anexos desta lei, com igual numeração. (Coleção de Leis da República (1889-2000)) 🌿

EXPOSIÇÃO COMEMORATIVA DA SEMANA
DA PÁTRIA

Símbolos
Nacionais

FICHA TÉCNICA DA EXPOSIÇÃO

Realização

Câmara dos Deputados

Coordenação do Projeto

CEDI / Coordenação de Preservação de Bens Culturais /
Museu da Câmara

Divulgação Institucional

SECOM / Coordenação de Divulgação / Seção de Produtos Especiais

Evento e Cerimonial

COREP / Serviço de Eventos e Cerimonial / Logística de Eventos Institu-
cionais / Serviço de Atendimento ao Público e Visitação Institucional

Acervo Pesquisado e Disponibilizado

CEDI / Coordenação de Arquivo

CEDI / Coordenação de Biblioteca

CEDI / COBEC / Museu da Câmara

Digitalização de Imagens

CEDI / COBEC / Seção de Digitalização

Apoio

DETEC / Coordenação de Arquitetura e Engenharia / Serviço de Obras

DEPOL / Coordenação de Segurança Orgânica

DG / Espaço Cultural

Exposição itinerante / Centro de Atividades SESC – Ceilândia

Curadoria, Roteiro, Redação e Organização do Cadernos do Museu nº 9

Casimiro Neto

Arte, Programação Visual e Tratamento de Imagens

Pedro Machado

Pedro Ernesto

Produção, Exposição Itinerante, Pesquisa Histórica e Iconográfica

Casimiro Neto

Marina Bezzi

Shyrlei Fiúza

Pedro Machado

Pedro Ernesto

Fotografia do Pavilhão Nacional

Acervo do Museu da Câmara

Montagem e Manutenção da Exposição

Renan Aquino

Edilson Santana

Rafael Santos

Henrique Silva

